
Turma 2022.2

Arthur Napoleão Teixeira Filho

Projeto de pesquisa com título provisório: PROVA TESTEMUNHAL: Avaliação dos conhecimentos e crenças dos juízes criminais brasileiros à luz das Neurociências e das Psicologias Cognitiva e do Testemunho

Possui graduação em Direito pela Universidade Federal do Ceará - UFC (1998) e Administração Pública pela Universidade Federal do Vale do São Francisco - Univasf (2020), em ambas tendo recebido a Láurea Acadêmica por seu excelente desempenho acadêmico. Mestre em Psicologia pela Univasf (2019). MBA em Poder Judiciário (FGV/Esmafe). Especialista em Direito Público (Unifor), Direito Processual (UFPI), Direito Processual Civil (Unisul), Direito Notarial e Registral (Uniderp), Direito Civil (Uniderp), Gestão Pública (Univasf) e "Sistema de Justiça: Conciliação, Mediação e Justiça Restaurativa" (Unisul). Cursa Pós-graduação Lato Sensu em ?Neurolaw? (ESMAFE/PR). Aprovado nos seguintes concursos públicos, dos quais não tomou posse: Procurador do Estado do Maranhão (PGE/MA), Professor Substituto da Área de Direito Público da UFPI, Professor do Quadro Provisório da UESPI, Juiz de Direito do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco (TJPE) e Juiz Federal do Tribunal Regional Federal da 1.ª Região (TRF 1.ª Região). Ocupou os cargos de Procurador do Município de Teresina/PI (Chefe da Procuradoria Judicial), Advogado da União (AGU), Juiz de Direito do Tribunal de Justiça do Estado do Piauí (TJPI), Procurador da República (MPF), Juiz Federal vinculado ao Tribunal Regional Federal da 5.ª Região (TRF 5.ª Região) e Membro do Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe (TRE-SE). Atualmente é Juiz Federal em Petrolina/PE, acumulando as funções de Juiz Titular da 17.ª Vara Federal da SJPE e Coordenador do CEJUSC da Justiça Federal em Petrolina/PE. Exerceu a advocacia privada (1998/2001). Formador de Instrutores em Conciliação e Mediação (CNJ). Instrutor em cursos de Conciliação e Mediação (CNJ/CJF). Integrante do Laboratório de Desenvolvimento da Aprendizagem e Processos Psicossociais (LADPP) da Univasf. Membro da Liga Acadêmica de Psicologia Jurídica da Univasf (LAPJU) da Univasf. Tem interesse nas áreas de Administração, Direito Público, Métodos Adequados de Solução de Conflitos, Justiça Restaurativa e Processos Cognitivos e Comportamentais.

Link Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5231289650587892>

César Augusto Carvalho de Figueiredo

Projeto de pesquisa com título provisório: LITIGANTES HABITUAIS: Proposta de ferramenta para uso responsável do sistema de justiça.

Graduado em Direito pela Universidade Federal da Bahia (2006). Atualmente é Juiz de Direito do TJBA, titular da 1ª Vara Cível de Jequié/BA. Foi Advogado da União, lotado na Procuradoria da 1ª Região (2013), Analista Processual do MPU, lotado da Promotoria da Infância e Juventude do MPDFT (2011-2013), Técnico Administrativo do Ministério da Fazenda, lotado da Receita Federal do Brasil (2009-2011).

Link Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7371725894750131>

Daniel Damasceno Amorim Douglas

Projeto de pesquisa com título provisório: ANÁLISE ECONÔMICA DO DIREITO E INTELIGÊNCIA EMOCIONAL APLICADOS AOS LITÍGIOS DE FAMÍLIA: Incentivos e desincentivos, econômicos e psicológicos, da litigiosidade no contexto dos processos judiciais relativos ao direito de família

Especialista em Direito Tributário (2012) e em Direito Empresarial (2012) Possui graduação em Direito (2011). Graduação em Ciências Econômicas (em andamento). Atualmente é Juiz de

Direito - Tribunal de Justiça do Estado de Roraima

Link Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3957768038854308>

Diego Viegas Veras

Projeto de pesquisa com título provisório: A AUTOCOMPOSIÇÃO E A JURISDIÇÃO CONSTITUCIONAL PERANTE O SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL: estado da arte, reflexões e aperfeiçoamentos

Juiz Federal Substituto do Tribunal Regional Federal da 4ª Região. Atualmente convocado para exercer a função de Juiz Auxiliar no Supremo Tribunal Federal. Já atuou como Juiz Instrutor no STF, Juiz de Direito no Tribunal de Justiça de Alagoas e advogado. Mestrando na Escola Nacional de Formação dos Magistrados (Enfam). Coordenador Adjunto do Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania (Cejuscon) da Subseção Judiciária de Foz do Iguaçu-PR desde 2013. Possui graduação em Direito pela Universidade Federal da Paraíba (2006). Tem experiência em mediação e conciliação. Exerceu a função de mediador na Comissão Especial formada no âmbito da ADO 25, em trâmite no Supremo Tribunal Federal, alcançando acordo, à unanimidade, entre os Entes Federativos Federal, Estaduais e Distrital, pondo fim à discussão que perdurava praticamente vinte e quatro anos. Idealizador do projeto de criação de Centro de Conciliação e Mediação no STF, o qual foi encampado e intermediado pelo Min. Gilmar Mendes junto à Presidência do STF, que editou a Resolução 697, de 6 de agosto de 2020.

Link Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4475626667792119>

Ferdinando Marco Gomes Serejo Sousa

Projeto de pesquisa com título provisório: AUTOMAÇÃO DO JUDICÁRIO EM PROCESSOS DE LITIGÂNCIA DE MASSA SUSPENSOS POR IRDR: uma proposta para equalizar a busca por agilidade e produtividade com o direito ao contraditório efetivo a partir do estudo de caso do IRDR 7/TJMA

Possui graduação em Direito pela Universidade Federal do Maranhão (2001). Especialista em Direito Constitucional pelo UNICEUMA. Especialista em Ciências Penais pelo UNICEUMA. Possui MBA em Gestão de Projetos de Software pelo UNIEURO. Mestrando em Direito pela Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados - ENFAM. Atualmente é Juiz Auxiliar da Comarca da Ilha de São Luís/MA. Juiz Coordenador do Laboratório de Inovação do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão (ToadaLab). Diretor de informática da Associação dos Magistrados do Maranhão. Membro do Comitê Estadual de Implantação do Processo Judicial Eletrônico do Maranhão. Membro do Comitê Estadual de Gestão do Processo Judicial Eletrônico. Coordenador da Secretaria Única Digital das Fazendas Públicas - SEJUD. Juiz Eleitoral Substituto do Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão (2022/2024). Ex-Membro do Comitê Nacional de Gestão de Tecnologia da Informação e Comunicação do Conselho Nacional de Justiça

Link Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2841950272142430>

Fernando Braz Ximenes

Projeto de pesquisa com título provisório: Audiência de custódia: Uma proposta de efetivação de transformação do poder judiciário e da sociedade

Juiz Federal em atuação como Juiz Auxiliar no Supremo Tribunal Federal. Graduado em Ciências Jurídicas e Sociais pela Universidade Federal da Paraíba (2006 a 2010). Mestrando em Direito e Poder Judiciário pela Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados (ENFAM/STJ). Prestou concurso para Juiz Federal assim que completou o prazo

mínimo de três anos de atividade jurídica, aos 25 anos, tendo tomado posse no cargo aos 26 anos de idade. Conta, atualmente, com 7 anos de magistratura federal. É Juiz Federal Substituto da 25ª Vara Federal de Pernambuco. Foi Coordenador do Centro de Inteligência da Justiça Federal de Pernambuco e já foi lotado na 20ª Vara Federal do mesmo Estado, em Salgueiro, unidades jurisdicionais vinculadas ao Tribunal Regional Federal da 5ª Região. Foi Juiz Federal Substituto vinculado ao Tribunal Regional Federal da 1ª Região, tendo atuado na 2ª Vara Federal de Rondônia, na Vara Única da Subseção Judiciária de Juazeiro/BA e na 3ª Vara Federal da Bahia (Salvador). Exerceu os cargos de Procurador do Município de João Pessoa, onde foi indicado Procurador-Chefe do Consultivo e membro do Conselho Superior, e de Procurador do Município de Campinas/SP, onde atuou na área de Licitações e Contratos. Iniciou a carreira profissional no cargo de Técnico Judiciário junto ao Tribunal Regional Federal da 5ª Região. Foi aprovado em outros concursos públicos, a exemplo do concurso para Procurador Federal e Procurador da Assembléia Legislativa da Paraíba (2º lugar). Durante a formação universitária foi estagiário na Justiça Federal, no Ministério Público Federal e na Defensoria Pública da União.

Link Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7043708202454358>

Jose Luis Luvizetto Terra

Projeto de pesquisa com título provisório: O USO EFETIVO DAS FERRAMENTAS DO PROCESSO ELETRÔNICO PELOS USUÁRIO INTERNOS PARA UMA PRESTAÇÃO JURISDICIONAL CÉLERE, EFETIVA E SAUDÁVEL

Possui graduação em Direito pelo Centro Universitário Ritter dos Reis(2000). Atualmente é Juiz Federal da Tribunal Regional Federal da 4ª Região. Tem experiência na área de Direito, com ênfase em Direito e Judiciário. Atuando principalmente nos seguintes temas:processo eletrônico, ferramentas, impacto, gestão de equipes.

Link Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6011032880603482>

Juliana Mendes Pedrosa

Projeto de pesquisa com título provisório: A COMUNICAÇÃO NAS DEMANDAS ESTRUTURAIS COMO INSTRUMENTO DE LEGITIMAÇÃO DEMOCRÁTICA E DE TRANSPARÊNCIA: INTERSECCIONALIDADES PARA UMA VISÃO SISTÊMICA E INTEGRADA

Possui graduação em Direito pela Universidade Católica de Santos. Especialista em Direito da Proteção e Uso de Dados. Especialista em Direito Público. Pesquisadora do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Gênero, Direitos Humanos e Acesso à Justiça da ENFAM. Integrante do Centro de Inteligência do Tribunal de Justiça de Minas Gerais na comissão de Demandas Estruturais e Litígios de Alta Complexidade.,Atualmente é Juíza de Direito do Tribunal de Justiça de Minas Gerais. Tem experiência nas áreas de Direito Eleitoral, Penal, Processual Penal, Civil, Processual Civil, Coletivo Constituição, Tributário e Administrativo.

Link Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7806409549630634>

Juraci de Souza Santos Junior

Projeto de pesquisa com título provisório: O falso dilema da eleição entre especial relevância da palavra da vítima e presunção de inocência em delitos sexuais contra a mulher praticados na clandestinidade: aportes ao julgamento que aspire compatibilizar eficácia à criminalização do estupro sem abdicar de rigoroso standard probatório típico da esfera penal.

Possui graduação em Direito pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia(2008). Atualmente é Juiz de Direito da Tribunal de Justiça do Estado do Ceará. Tem experiência na área de Direito.

Link Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8506958772885415>

Karina Silva de Araujo

Projeto de pesquisa com título provisório: TELETRABALHO PARA MAGISTRADOS: UMA INVESTIGAÇÃO SOBRE OS LIMITES E A EFICÁCIA DE SUA IMPLEMENTAÇÃO NO ÂMBITO DA PRESTAÇÃO JURISDICIONAL PÓS PANDEMIA

Possui graduação em DIREITO pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (2005) - Unidade São Gabriel e pós graduação na área de Direito Público com ênfase em Constitucional pela Universidade Cândido Mendes (2007). Ocupa cargo de Juíza de Direito Titular da Vara Crime, Execução Penal e Infância e Juventude da Comarca de Canavieiras no estado da Bahia encontrando-se, atualmente, cedida para atuar como Juíza Auxiliar no Superior Tribunal de Justiça no Gabinete do Ministro Felix Fischer. Possui experiência nas áreas de direito penal, processual penal, civil e processual civil, através do exercício da advocacia de agosto de 2005 até o fim de 2010. Ocupou cargo efetivo de escriturário no Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Estado de Minas Gerais, onde foi lotada na Procuradoria do Instituto e atuou na área de consultoria jurídica em processos administrativos envolvendo licitações, contratos e direito previdenciário. Ocupou cargo efetivo de Analista do Ministério Público no estado de Minas Gerais, lotada na Promotoria da Infância e Juventude, Execução Penal e Controle Externo da Polícia na Comarca de Santa Luzia, atuando, principalmente, com temas de execução penal e ressocialização. Ocupei cargo em Comissão de recrutamento amplo de Assessor de Juiz no estado de Mato Grosso, lotada na Comarca de Campinápolis.

Link Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2237447764655965>

Mariana Marinho Machado

Projeto de pesquisa com título provisório: A fixação dos precedentes judiciais como meio de enfrentamento às demandas repetitivas e litigância em massa com foco na agenda 2030 da ONU

Juíza de Direito do Tribunal de Justiça do Piauí. Ex Juíza de Direito do Tribunal de Justiça do Pará. Possui graduação em Direito pela Universidade Católica do Salvador (2008) com especialização em Direito do Estado. Formadora e Tutora pela Escola Nacional de Formação de Magistrados -ENFAM/STJ em programas de Formação Inicial, Continuada e EAD. Professora na Escola Judicial do Tribunal de Justiça do Piauí. Membro da comissão pela valorização da Magistratura na Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB) Tem experiência na área de Direito, com ênfase em Direito Constitucional, Processo Civil e Humanística. Cursando MBA em Gestão Judiciária pela Fundação Getúlio Vargas

Link Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3717654851804832>

Monique Ribeiro de Carvalho Gomes

Projeto de pesquisa com título provisório: Democratização do Acesso à Justiça das pessoas em situação de rua: necessidade de aproximação do Judiciário com a realidade social

Possui graduação em Direito pela Universidade Católica do Salvador. Mestranda em Segurança Pública, Justiça e Cidadania pela UFBA. Especialização em Direitos Humanos e Contemporaneidade pela UFBA. Especialização em Direito Constitucional do Trabalho pela UFBA. Especialização em Direito Civil e Processual Civil pela UNIFACS. Atualmente é Juíza de Direito Tribunal de Justiça do Estado da Bahia.

Link Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4421631496504474>

Priscila Lopes da Silveira

Projeto de pesquisa com título provisório: Democratização do Acesso à Justiça das pessoas em situação de rua: necessidade de aproximação do Judiciário com a realidade social

Possui graduação em Ciências Jurídicas e Sociais pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (2003). Pós-graduação em Direito Civil no IDRS - Instituto de Direito do Rio Grande do Sul - UNIDERP - Universidade para o Desenvolvimento da Região do Pantanal/Rede LFG - Rede de Ensino Luiz Flávio Gomes, concluído no ano de 2010. Atuou na Advocacia Privada durante os anos de 2004 até 2009. Atuou como Procuradora Pública da EBCT - Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos nos anos de 2009-2010, após prévia aprovação em concurso público. Atuou como Procuradora Pública do CREMERS - Conselho Regional de Medicina do Rio Grande do Sul nos anos de 2010-2013, após prévia aprovação em concurso público. Ingressou na Magistratura Estadual do Estado de Goiás no ano de 2013, após ser aprovada no 55º Concurso de Ingresso e, atualmente, é Juíza Titular da 1ª Vara Cível, de Família e Sucessões e da Infância e Juventude da Comarca de Cristalina- GO. É idealizadora e coautora do Programa "ComViver" - Inclusão Voluntária na Justiça, institucionalizado pelo Poder Judiciário Goiano em 06 de setembro de 2019, implantado na Comarca de Cristalina-GO desde setembro de 2018; em Silvânia -GO, desde setembro de 2019 e em Goiânia-GO, desde fevereiro de 2022, que consiste, em resumo, na inclusão de pessoas com deficiência no âmbito do Poder Judiciário para o exercício de atividades voluntárias. Vencedora do 2º Lugar da VII Edição do Prêmio Amaerj Patrícia Acioli de Direitos Humanos no ano de 2018, pela implantação do Programa "ComViver". Vencedora da 18ª Edição do Prêmio Innovare 2021, na categoria DESTAQUE, pela prática do Programa "ComViver", cujo

tema tratou acerca da Defesa da Igualdade e da Diversidade. Recebeu Diploma de Honra ao Mérito concedido pela Câmara Municipal de Goiânia, em 06/09/2019, por ocasião da Sessão Especial em Comemoração ao Mês de Luta pelos Direitos da Pessoa com Deficiência, em razão da criação do Programa "ComViver". Recebeu o título de Cidadã Honorífica Cristalinense, pela importância e natureza dos serviços judiciais prestados à Comunidade.

Link Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7889642218980408>

Priscila Vasconcelos Areal Cabral Farias Patriota

Projeto de pesquisa com título provisório: A UTILIZAÇÃO DO VISUAL LAW ENQUANTO FERRAMENTA DE TRANSFORMAÇÃO DA COMUNICAÇÃO JURÍDICA, GESTÃO PROCESSUAL E ACESSO À JUSTIÇA SUBSTANCIAL, NO ÂMBITO DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER

Possui graduação em Direito pela Associação Caruaruense de Ensino Superior (2006). Pós Graduação Lato Sensu/ Especialização em Direito Público pela Faculdade Estácio do Recife/FIR (2008/2010). Magistrada do Tribunal de Justiça de Pernambuco desde Junho/2012. No Tribunal de Justiça de Pernambuco foi Juíza na Vara Única da Comarca de Inajá (agosto 2012/dezembro 2014), Juíza na Vara Regional da Infância e Juventude de Caruaru (agosto 2014/julho 2015), Juíza da 1ª Vara Cível da Comarca de Santa Cruz do Capibaribe (janeiro/julho 2015), Juíza na Vara de Violência Doméstica e Familiar da Mulher da Comarca de Caruaru (janeiro/dezembro 2016), Juíza da Central de Agilização Processual para julgamento dos processos de Meta 2 (fevereiro 2015/dezembro 2020), Juíza da Vara Privativa do Tribunal do Júri da Comarca de Caruaru (agosto/2015 a dezembro/2020), Suplente do II Colégio Recursal - Caruaru (biênio 2018-2020). Atualmente é Juíza na 4ª Vara Cível da Comarca de Caruaru e Titular do II Colégio Recursal - Caruaru. Idealizou em 2013 o 1º Mutirão de Audiências Preliminares nos Procedimentos de TCO's na Comarca de Inajá, colocando em pauta mais de 80 audiências, nos dias 28 e 29.05.2013. No interregno de 09/12/2013 a 28/03/2014 integrou o Mutirão Judicial na Vara do Tribunal do Júri da Comarca de Caruaru para julgamento dos processos. Ainda em 2014, de 28/04/2014 a 09/05/2014, participou do Mutirão Carcerário do Complexo do Curado na Capital, obtendo o reconhecimento pelo serviço público relevante prestado. Em 2015, implementou o Mutirão de Executivos Fiscais na 1ª Vara Cível da Comarca de Santa Cruz do Capibaribe, no período de 20 a 24.04, com a inclusão de 420 processos em Pauta. E de 01/08/2015 a 15/09/2015 integrou o Mutirão de Sentenças de Processos Físicos do Juizado Especial e das Relações de Consumo da Comarca de Caruaru. Em 2016, na Vara de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher de Caruaru, visando o enfrentamento e redução dos índices de violência doméstica e familiar contra a mulher, idealizou e implementou dois grupos reflexivos, um direcionado aos agressores e outro para fins de empoderamento da vítima - Grupo Reflexivo Conscientizar para Mudar (agressores) e Grupo Reflexivo Acolher, Fortalecer e Empoderar (vítimas).

Link Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9556813927570337>

Rodrigo Martins Faria

Projeto de pesquisa com título provisório: ECONOMIA COMPORTAMENTAL APLICADA À POLÍTICA JUDICIÁRIA NACIONAL DE TRATAMENTO ADEQUADO DE CONFLITOS: UMA PROPOSTA DE USO DA TÉCNICA DO NUDGING PARA INCREMENTAR OS ÍNDICES DE CONCILIAÇÃO DO PODER JUDICIÁRIO.

Graduado em Direito pela Universidade FUMEC (2006). Pós-graduado em Direito Público

pela UNIDERP (2011). Pós-graduando em Jurisdição Inovadora pela Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados. Atualmente está na função de juiz auxiliar da Presidência na Diretoria de Informática do Tribunal de Justiça de Minas Gerais - TJMG. Membro do Grupo Operacional do Centro de Inteligência do Poder Judiciário (CNJ). Membro da Comissão Gestora do Núcleo de Gerenciamento de Precedentes, do Comitê Gestor do Laboratório de Ciência de Dados Jurídicos e Inteligência Artificial (LabCDJ/TJMG-UFMG) e do Comitê de Proteção de Dados Pessoais, do TJMG. Coordenador do Centro de Inteligência da Justiça de Minas Gerais e da Unidade Avançada de Inovação em Laboratório, do TJMG. Pesquisador externo do Programa de Mestrado da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados - ENFAM nas linhas de pesquisa "Centros de Inteligência, Precedentes e Demandas Repetitivas" (GEPDI 3) e "Justiça Digital: Inovações Disruptivas e Inteligência Artificial no Direito" (GEPDI 7). Professor de pós-graduação na Skema Business School Brasil (Direito e Tecnologia) e na ENFAM (Coletivização, Precedentes, Coerência e Integridade do Direito). Tem experiência na área de gestão judiciária e eficiência do sistema de justiça, além de atuar na formação inicial e permanente de Juízes perante a Escola Judicial Desembargador Edésio Fernandes do TJMG.

Link Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7529300777437122>

Sérgio Fortuna de Mendonça

Projeto de pesquisa com título provisório: A INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL (IA) COMO FORMA DE SE DETECTAR TENDÊNCIAS EM DEMANDAS DE MASSA: UMA PROPOSTA PARA A APLICAÇÃO IMEDIATA DOS PRECEDENTES JUDICIAIS E OTIMIZAR O TEMPO DE RESPOSTA DA JUSTIÇA

Graduado em Direito pela Universidade Federal do Ceará (2004); pós-graduado em Direito Público pela FTB - Faculdades da Terra de Brasília (DF). Magistrado do Tribunal de Justiça de Sergipe, desde fevereiro de 2012. Experiência na área de Direito, com ênfase em Direito, já tendo exercido a atividade de advogado associado de Sociedade de Advogados. Lecionou as disciplinas de Português e de Redação em língua portuguesa, em Fortaleza - CE, no Colégio Farias Brito. Lecionou a Disciplina de Criminologia, na faculdade Pio Décimo, Campus I, em Aracaju-SE.

Link Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4846324706868880>

Sergio Roberto Marinho Fortes do Rego

Projeto de pesquisa com título provisório: ANÁLISE DE DESEMPENHO NO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PIAUÍ: A TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO A SERVIÇO DA GESTÃO DE PESSOAS

Possui graduação em Direito pela Universidade Federal do Piauí (2003).

Link Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0503641826892619>

Thiago Mesquita Teles de Carvalho

Projeto de pesquisa com título provisório: O CONTROLE JURISDICIONAL DA PREVIDÊNCIA SOCIAL: COMO ENFRENTAR A LITIGIOSIDADE A PARTIR DE UM NOVO MODELO DE JUDICIALIZAÇÃO DA POLÍTICA PÚBLICA PREVIDENCIÁRIA

Bacharel em Direito pela Universidade Federal do Ceará. Procurador judicial do município do Recife entre 2009 e 2012. Juiz Federal no Ceará.

Link Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5201032421517296>

Thielly Dias de Alencar Ptthan

Projeto de pesquisa com título provisório: COOPERAÇÃO JURÍDICA INTERNACIONAL EM TEMA INFANTO-JUVENIL: O TRATAMENTO ADEQUADO DOS PROCESSOS ENVOLVENDO CRIANÇAS E ADOLESCENTES PARAGUAIOS ACOLHIDOS NO BRASIL

Possui graduação em Direito pela Universidade para o Desenvolvimento do Estado e da Região do Pantanal (2009). Analista Judiciária e Assessora Jurídica de Juiz de Direito de 1ª Entrância de 2010 até 2013. Analista Judiciária do TRT 24ª Região em 2013. Foi Juíza de Direito do Estado da Bahia de 2013 até 2017. Atualmente é Juíza de Direito - Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul, titular da 1ª Vara Criminal da Comarca de Ponta Porã. Formadora e tutora da ENFAM. Colaboradora do Grupo de Pesquisa da ENFAM ? GEPDI 3: Centros de Inteligência, Precedentes e Demandas Repetitivas. Foi aluna especial do mestrado de Direito e Justiça da ENFAM, nas disciplinas de Técnicas de Molecularização e Tratamento Adequado de Conflitos no Julgamento Colegiado e Desafios do Estado de Direito ? estudo de Direito Comparado, e Processo, Sistema de Justiça, Gestão Processual e Efetividade. Integrante do Conselho Consultivo e de Programas da Escola Judicial do Estado de Mato Grosso do Sul ? EJUD/MS. Também integra o grupo operacional do Centro de Inteligência do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso do Sul.

Link Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9063109511696541>

Vitor Umbelino Soares Junior

Projeto de pesquisa com título provisório: SISTEMA DE JUSTIÇA E ATUAÇÃO INTEGRADA SOB UMA PERSPECTIVA DE GÊNERO: AVANÇOS E DESAFIOS NA AVALIAÇÃO E GESTÃO DE RISCO

Graduado em Direito pela Universidade Federal de Goiás (UFG). Especialista em Ciências Jurídicas - Área de Concentração: Ciências Criminais pela Universidade Federal de Goiás (UFG). Especialista em Direito Processual Constitucional pela Universidade Federal de Goiás (UFG). Mestre em Direitos Humanos pela Universidade Federal de Goiás (UFG). Pesquisador do Programa de Pós-Graduação Profissional em Direito da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados (GEPDI 6). Juiz de Direito do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás titular do 1º Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher da comarca de Goiânia-GO. Vice-coordenador da Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás. Coordenador do Comitê de Equidade e Diversidade de Gênero do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás. Coordenador executivo do Projeto Educação e Justiça: Lei Maria da Penha na Escola. Professor titular do Curso de Direito na Faculdade Católica de Anápolis. Foi Procurador Federal junto à Advocacia Geral da União - AGU (2003 a 2005). Foi Gestor Jurídico junto ao Gabinete Civil da Governadoria do Estado de Goiás (2002 a 2003). Tem experiência na área do Direito Público, com ênfase em Ciências Criminais e Direitos Humanos.

Link Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8766860228800388>

